
Klabin S.A.



**Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes**

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS**Página**

ATIVO	42
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	44
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	45
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	47
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	48
1 INFORMAÇÕES GERAIS	49
2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	50
3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	57
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	58
5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	58
6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	59
7 PARTES RELACIONADAS	60
8 ESTOQUES	62
9 TRIBUTOS A RECUPERAR	62
10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	63
11 PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	65
12 IMOBILIZADO	66
13 ATIVOS BIOLÓGICOS	68
14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	70
15 FORNECEDORES	72
16 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	72
17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74
18 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	78
19 DESPESAS / RECEITAS POR NATUREZA	78
20 RESULTADO FINANCEIRO	78
21 PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES	79
22 RESULTADO POR AÇÃO	80
23 SEGMENTOS OPERACIONAIS	81
24 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	84
25 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	89
26 COBERTURA DE SEGUROS	90
27 EVENTOS SUBSEQUENTES	91

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A T I V O					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.401.822	2.157.148	2.729.872	2.517.312
Títulos e valores mobiliários	5	249.511	240.077	249.511	240.077
Contas a receber:					
. Contas a receber de clientes	6	981.039	801.004	1.192.452	1.027.649
. Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	6	(47.153)	(45.187)	(47.298)	(45.663)
. Partes relacionadas	7	373.637	402.798	-	-
Estoques	8	457.636	438.091	495.852	473.658
Tributos a recuperar	9	113.687	130.441	120.050	135.310
Despesas antecipadas – partes relacionadas	7	5.297	7.775	5.297	7.775
Despesas antecipadas - terceiros		22.490	14.557	22.570	14.557
Outros ativos		56.972	60.465	57.842	61.415
Total do ativo circulante		4.614.938	4.207.169	4.826.148	4.432.090
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	7	1.526	1.687	-	146
Depósitos judiciais	16	89.537	85.691	90.969	87.123
Tributos a recuperar	9	123.684	128.402	123.684	128.402
Outros ativos		167.001	151.864	171.322	158.374
		381.748	367.644	385.975	374.045
Investimentos:					
. Participações em controladas	11	1.134.094	1.267.255	455.039	450.651
. Outros		11.542	11.542	11.542	11.542
Imobilizado	12	5.670.990	5.003.707	5.909.507	5.379.426
Ativos biológicos	13	2.819.598	2.944.187	3.321.985	3.441.495
Intangíveis		9.133	8.486	9.300	8.654
		9.645.357	9.235.177	9.707.373	9.291.768
Total do ativo não circulante		10.027.105	9.602.821	10.093.348	9.665.813
Total do ativo		14.642.043	13.809.990	14.919.496	14.097.903

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais)

	No ta	Controladora		Consolidado	
	Explic a tiva	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	1.126.153	1.120.770	1.124.976	1.120.770
Fornecedores	15	342.126	313.559	345.384	318.077
Obrigações fiscais		37.899	52.919	43.298	57.095
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10	16.860	54.553	18.209	54.387
Obrigações sociais e trabalhistas		125.415	123.934	127.356	125.807
Partes relacionadas	7	52.912	9.665	3.437	2.693
Adesão - REFIS	16	50.400	39.383	50.400	39.383
Outras contas a pagar e provisões		48.082	39.699	66.453	49.177
Total do passivo circulante		1.799.847	1.754.482	1.779.513	1.767.389
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	5.842.135	4.914.334	5.838.621	4.914.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.045.201	1.190.673	1.220.187	1.392.257
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	16	95.904	83.189	95.905	83.189
Contas a pagar - investidores SCs		-	-	125.767	69.214
Adesão - REFIS	16	393.492	389.793	393.492	389.793
Outras contas a pagar e provisões		72.797	56.598	73.344	60.806
Total do passivo não circulante		7.449.529	6.634.587	7.747.316	6.909.593
Total do passivo		9.249.376	8.389.069	9.526.829	8.676.982
Patrimônio líquido					
Capital social		2.271.500	2.271.500	2.271.500	2.271.500
Reservas de capital		4.419	1.423	4.419	1.423
Reserva de reavaliação		49.269	49.980	49.269	49.980
Reservas de lucros		2.159.949	2.170.215	2.159.949	2.170.215
Ajustes de avaliação patrimonial		1.065.437	1.081.379	1.065.437	1.081.379
Ações em tesouraria		(157.907)	(153.576)	(157.907)	(153.576)
Total do patrimônio líquido	17	5.392.667	5.420.921	5.392.667	5.420.921
Total do passivo e patrimônio líquido		14.642.043	13.809.990	14.919.496	14.097.903

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida de vendas	18	4.489.717	4.038.936	4.599.337	4.163.670
Variação do valor justo dos ativos biológicos	13	309.474	353.794	336.289	885.988
Custo dos produtos vendidos	19	(3.174.847)	(2.794.971)	(3.206.917)	(2.823.148)
Lucro bruto		1.624.344	1.597.759	1.728.709	2.226.510
Despesas/ receitas operacionais					
Vendas	19	(331.518)	(287.152)	(362.638)	(344.574)
Gerais e administrativas	19	(273.267)	(268.701)	(280.526)	(273.918)
Outras, líquidas	19	10.289	21.074	11.472	10.373
		(594.496)	(534.779)	(631.692)	(608.119)
Resultado de equivalência patrimonial	11	90.440	385.429	22.235	25.827
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		1.120.288	1.448.409	1.119.252	1.644.218
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	265.461	301.179	276.015	310.523
Despesas financeiras	20	(1.017.098)	(824.495)	(1.015.049)	(858.285)
		(751.637)	(523.316)	(739.034)	(547.762)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		368.651	925.093	380.218	1.096.456
Imposto de renda e contribuição social					
. Corrente	10	(231.083)	(77.472)	(241.442)	(133.945)
. Diferido	10	152.529	(95.656)	151.321	(210.546)
		(78.554)	(173.128)	(90.121)	(344.491)
Lucro líquido do exercício		290.097	751.965	290.097	751.965
Lucro básico/diluído por ação ON – R\$	22	0,3072	0,7964	0,3072	0,7964
Lucro básico/diluído por ação PN – R\$	22	0,3379	0,8760	0,3379	0,8760

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	290.097	751.965
Outros resultados abrangentes:		
. Ajustes de conversão para moeda estrangeira	(6.871)	(2.072)
. Atualização do passivo atuarial	(9.791)	-
Resultado abrangente total do exercício, líquido de impostos	273.435	749.893

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais)

Controladora e consolidado												
	Reserva de reavaliação		Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Reservas de capital	De ativos próprios	Legal	Incentivos Fiscais	De ativos biológicos	Dividendos propostos	Investiment. e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial			Ações em tesouraria
Em 31 de dezembro de 2011	2.271.500	-	50.691	9.783	-	1.219.591	79.998	383.170	1.085.045	(141.476)	-	4.958.302
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.072)	-	751.965	751.965
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.072)	-	751.965	749.893
Resultado abrangente total do exercício	-	-	(711)	-	-	-	-	-	-	(16.682)	711	-
Reserva de reavaliação realizada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.682)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de Outorga de Ações 2011:	-	1.423	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Concessão de outorga de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.291)	2.291	-	3.714
. Reconhecimento da remuneração do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Dividendos complementares 2011 - aprovados AGO	-	-	-	-	-	-	(79.998)	(7)	697	-	697	697
Destinação do lucro do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.005)
. Constituição de reserva legal	-	-	-	37.598	-	-	-	-	-	-	(37.598)	-
. Realização de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	(100.752)	-	-	-	-	100.752	-
. Realização de reserva de ativos biológicos (controladas) (*)	-	-	-	-	-	(125.254)	-	-	-	-	125.254	-
. Constituição de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	233.504	-	-	-	-	(233.504)	-
. Constituição de reserva de ativos biológicos (controladas) (*)	-	-	-	-	-	351.248	-	-	-	-	(351.248)	-
. Dividendos antecipados do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(194.998)	(194.998)
. Dividendos complementares exercício 2012 - propostos	-	-	-	-	-	-	76.002	-	-	-	(76.002)	-
. Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	85.332	-	-	(85.332)	-
Em 31 de dezembro de 2012	2.271.500	1.423	49.980	47.381	-	1.578.337	76.002	468.495	1.081.379	(153.576)	-	5.420.921
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.662)	-	290.097	290.097
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.662)	-	290.097	(16.662)
Resultado abrangente total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.662)	-	711	273.435
Reserva de reavaliação realizada	-	-	(711)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares 2012 - aprovados AGO	-	-	-	-	-	-	(76.002)	(67)	-	(8.821)	-	(76.069)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.821)
Plano de Outorga de Ações:	-	2.996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.900	4.896	-
. Concessão de outorga de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.590)	2.590	-	-
. Reconhecimento da remuneração do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	3.310	-	3.310	-
Destinação do lucro do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Constituição de reserva legal	-	-	-	14.505	-	-	-	-	-	-	(14.505)	-
. Realização de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	(290.029)	-	-	-	-	290.029	-
. Constituição de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	204.253	-	-	-	-	(204.253)	-
. Constituição de reserva de ativos biológicos (controladas) (*)	-	-	-	-	-	3.500	-	-	-	-	(3.500)	-
. Constituição de reserva de ativos biológicos (controladas) (*)	-	-	-	-	5.583	-	-	-	-	-	(5.583)	-
. Dividendos antecipados do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(225.005)	(225.005)
. Dividendos complementares exercício 2013 - propostos	-	-	-	-	-	-	90.006	-	-	-	(90.006)	-
. Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	37.985	-	-	(37.985)	-
Em 31 de dezembro de 2013	2.271.500	4.419	49.269	61.886	5.583	1.496.061	90.006	506.413	1.065.437	(157.907)	-	5.392.667
(*) Contido no resultado de equivalência patrimonial.												

(*) Contido no resultado de equivalência patrimonial.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa líquido de atividades operacionais	929.137	483.490	1.032.322	933.894
Caixa gerado nas operações	1.030.631	891.007	1.064.600	982.556
Lucro líquido do exercício	290.097	751.965	290.097	751.965
Depreciação e amortização	245.755	218.751	237.241	228.512
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(309.474)	(353.794)	(336.289)	(885.988)
Exaustão dos ativos biológicos	496.785	172.543	529.312	364.165
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(152.529)	95.656	(151.321)	210.546
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	934.678	732.145	934.217	732.145
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(306.533)	(295.335)	(306.533)	(295.335)
Provisão de juros - REFIS	39.973	44.398	39.973	44.398
Resultado na alienação de ativos e controladas	2.258	527	2.258	527
Resultado de equivalência patrimonial	(90.440)	(385.429)	(22.235)	(25.827)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(115.283)	(73.579)	(149.719)	(120.005)
Outras	(4.656)	(16.841)	(2.401)	(22.547)
Variações nos ativos e passivos	(101.494)	(407.517)	(32.278)	(48.662)
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	(150.874)	(238.233)	(164.803)	(172.710)
Estoques	(19.545)	26.856	(22.194)	35.210
Tributos a recuperar	136.755	46.752	169.697	93.664
Títulos e valores mobiliários	(9.434)	(18.817)	(9.434)	(18.817)
Despesas antecipadas	(5.455)	(2.371)	(5.535)	53
Outros ativos	(15.329)	(19.669)	(13.075)	(18.612)
Fornecedores	65.522	(29.499)	64.262	(33.100)
Obrigações fiscais	(52.713)	55.108	(49.975)	14.204
Obrigações sociais e trabalhistas	1.481	22.311	1.549	22.686
Outros passivos	27.736	(95.132)	(2.770)	28.760
Transferência de saldos - incorporação de controlada (i)	(79.638)	(154.823)	-	-
Caixa líquido atividades de investimento	(684.501)	(485.785)	(865.358)	(604.269)
Aquisição de bens do ativo imobilizado (i)	(727.282)	(536.815)	(818.316)	(539.314)
Custo plantio ativos biológicos (i)	(59.520)	(67.221)	(81.095)	(114.332)
Recebimento na alienação de ativos e controladas	16.203	50.224	16.203	50.224
Aquisição investimentos e integralização de capital em controladas	(12.297)	(3.855)	-	(847)
Resultados recebidos de empresas controladas	98.395	71.882	17.850	-
Caixa líquido atividades de financiamento	38	12.987	45.596	(153.377)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.411.497	1.371.165	1.407.193	1.371.165
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.106.458)	(1.070.207)	(1.106.384)	(1.070.207)
Aquisição de ações para tesouraria	(8.821)	(16.682)	(8.821)	(16.682)
Alienação de ações mantidas em tesouraria	4.894	3.714	4.894	3.714
Entrada de investidores SCs	-	-	50.000	25.000
Saída de investidores SCs	-	-	(212)	(191.364)
Dividendos pagos	(301.074)	(275.003)	(301.074)	(275.003)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	244.674	10.692	212.560	176.248
Saldo inicial de caixa e equivalentes	2.157.148	2.146.456	2.517.312	2.341.064
Saldo final de caixa e equivalentes	2.401.822	2.157.148	2.729.872	2.517.312

(i) Líquidos dos impostos recuperáveis

(ii) Correspondente a dissolução da Sociedade em Conta de Participação Leale e incorporação das controladas Centaurus Holdings e Klabin Celulose, mencionada nas notas explicativas 1e 3.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas				
. Venda produtos	5.658.120	5.082.280	5.788.689	5.224.634
. Variação no valor justo dos ativos biológicos	309.474	353.794	336.289	885.988
. Outras receitas	16.203	50.224	16.203	50.224
. Provisão para devedores duvidosos	(1.966)	(11.522)	(1.635)	(11.873)
	5.981.831	5.474.776	6.139.546	6.148.973
Insumos adquiridos de terceiros				
. Custo dos produtos vendidos	(942.159)	(1.196.364)	(946.497)	(1.021.686)
. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.958.201)	(1.769.690)	(2.001.629)	(1.848.962)
	(2.900.360)	(2.966.054)	(2.948.126)	(2.870.648)
Valor adicionado bruto	3.081.471	2.508.722	3.191.420	3.278.325
Retenções				
. Depreciação, amortização e exaustão	(742.540)	(391.294)	(766.553)	(592.677)
Valor adicionado líquido produzido	2.338.931	2.117.428	2.424.867	2.685.648
Valor adicionado recebido em transferência				
. Resultado de equivalência patrimonial	90.440	385.429	22.235	25.827
. Receitas financeiras, incluindo variação cambial	265.461	301.179	276.015	310.523
	355.901	686.608	298.250	336.350
Valor adicionado total a distribuir	2.694.832	2.804.036	2.723.117	3.021.998
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal				
. Remuneração direta	524.268	457.066	539.175	469.222
. Benefícios	124.739	99.760	125.262	100.175
. FGTS	39.833	38.149	39.933	38.261
	688.840	594.975	704.370	607.658
Impostos, taxas e contribuições				
. Federais	517.305	561.002	532.109	732.491
. Estaduais	173.501	63.618	173.501	63.618
. Municipais	7.991	7.981	7.991	7.981
	698.797	632.601	713.601	804.090
Remuneração de capitais de terceiros				
. Juros	1.017.098	824.495	1.015.049	858.285
	1.017.098	824.495	1.015.049	858.285
Remuneração de capitais próprios				
. Dividendos	225.005	271.000	225.005	271.000
. Lucros retidos do exercício	65.092	480.965	65.092	480.965
	290.097	751.965	290.097	751.965
	2.694.832	2.804.036	2.723.117	3.021.998

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Klabin S.A. (“Companhia”) e suas controladas atuam em segmentos da indústria de papel para atendimento aos mercados interno e externo: fornecimento de madeira, papéis de embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são plenamente integradas desde o florestamento até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&F Bovespa. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo.

A Companhia controladora (Klabin S.A.) também possui investimentos em Sociedades em Conta de Participação (SCPs), com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento. A Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, tem contribuído com ativos florestais, basicamente florestas e terras, através da concessão de direito de uso e os demais sócios investidores contribuído em espécie para as referidas SCPs. Essas SCPs asseguram à Klabin S.A. o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

A Companhia também possui participação em outras sociedades (notas explicativas 3 e 11), cujas atividades operacionais estão relacionadas aos seus próprios objetivos de negócio.

As referidas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração no dia 11 de fevereiro de 2014.

1.1 Reestruturação societária de controladas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2012, foi aprovada pelos acionistas da controlada Centaurus, a cisão parcial com versão de parcelas de seu patrimônio líquido correspondente à Florestal Vale do Corisco S.A. (“Vale do Corisco”). Com essa reorganização, os acionistas Klabin e Arauco passaram a deter participação direta e conjunta na Vale do Corisco na proporção de 51% e 49% respectivamente.

Com a referida reorganização a controlada Centaurus passou a ser consolidada integralmente a partir daquela data, enquanto que a controlada em conjunto Vale do Corisco passou a ser reconhecida pelo método da equivalência patrimonial.

1.2 Criação da Sociedade em Conta de Participação CG Forest

Em 19 de outubro de 2012, a Companhia constituiu uma nova Sociedade em Conta de Participação, denominada CG Forest, com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento.

Para constituição da nova sociedade, a Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, aportou R\$ 53 milhões em ativos florestais e o direito de uso de terras, enquanto sócios investidores aportaram R\$ 25 milhões em caixa na sociedade. A sociedade assegura à Klabin S.A. o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

1.3 Dissolução da Sociedade em Conta de Participação Leal

Em 31 de dezembro de 2012 foram encerradas as operações da Sociedade em Conta de Participação Leal (“SCP Leal”). Com a dissolução da Sociedade, foram pagos pela SCP Leal R\$ 162 milhões aos

sócios investidores referentes à sua participação, assim como os ativos e passivos remanescentes, compostos substancialmente por terras e florestas foram incorporados na controladora Klabin S.A.

1.4 Aprovação do Projeto de Celulose (“Projeto Puma”)

O Conselho de Administração deliberou em 21 de outubro de 2013 dar prosseguimento no processo de capitalização da Companhia para viabilizar a construção da nova planta industrial de celulose na cidade de Ortigueira (PR), com capacidade de 1,5 milhão de toneladas/ano, aprovado pela Administração em 11 de junho de 2013, e em fato relevante, ambos publicados nas referidas datas.

O custo estimado do projeto é da ordem de R\$5,8 bilhões. Adicionalmente serão desembolsados R\$0,8 bilhão em impostos recuperáveis sobre máquinas e equipamentos e R\$0,6 bilhão em obras de infraestruturas, também recuperáveis por créditos de ICMS, conforme acordo com o Governo do Estado do Paraná.

Os recursos para o projeto serão obtidos por meio da emissão de ações ou títulos nelas conversíveis, ou ambos, após as devidas aprovações pelos órgãos competentes e o restante do saldo custeado por meio da captação de financiamentos junto ao BNDES e agências multinacionais de importação.

Adicionalmente a proposta aprovada para o projeto prevê a listagem da Companhia no segmento especial de listagem Nível 2 da BM&FBovespa e cessão de um “tag along” de 100% aos acionistas ordinários não controladores e preferencialistas.

1.5 Criação da Sociedade em Conta de Participação Monte Alegre

Em 18 de setembro de 2013, a Companhia constituiu uma nova Sociedade em Conta de Participação, denominada Monte Alegre, com o propósito específico de captar recursos financeiros de terceiros para projetos de reflorestamento.

Para constituição da nova sociedade, a Companhia, na qualidade de sócia ostensiva, aportou R\$ 122 milhões em ativos florestais e o direito de uso de terras, enquanto sócios investidores aportaram R\$ 50 milhões em caixa na sociedade. A sociedade assegura à Klabin S.A. o direito de preferência para aquisição de produtos florestais a preços e condições de mercado.

1.6 Incorporação das controladas Centaurus Holdings S.A. e Klabin Celulose S.A.

Em 27 de dezembro de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária realizada, foi aprovada a incorporação das controladas Centaurus Holdings S.A. (“Centaurus”) e Klabin Celulose S.A. (“Klabin Celulose”), sem aumento do capital social subscrito. As respectivas controladas eram subsidiárias integrais da Companhia.

O patrimônio líquido da Centaurus na data da incorporação corresponde a R\$ 151 milhões, formado substancialmente pelos ativos florestais (terras e florestas) mantidos pela controlada, enquanto o patrimônio líquido da Klabin Celulose corresponde a R\$ 215 mil, ambos incorporados ao balanço patrimonial individual da Companhia.

A referida reestruturação societária teve como objetivo o alinhamento da estrutura da Companhia a sua estratégia.

2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas apresentadas nas informações consolidadas, somente quanto a avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, ao invés de custo ou valor justo conforme requerido pelo IFRS.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, exceto da controlada Klabin Argentina (nota explicativa 3) que tem como moeda funcional o Peso Argentino (A\$).

(i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no fechamento do período são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

(ii) Controladas no exterior

As controladas no exterior com características de filial têm a mesma moeda funcional da Companhia. A controlada que tem moeda funcional diferente à da Companhia, tem suas diferenças cambiais resultantes da conversão de suas demonstrações financeiras contabilizadas separadamente em conta do patrimônio líquido, denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente). No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos dessa controlada no exterior são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. As receitas e despesas são convertidas pelas taxas de câmbio das datas das operações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a

classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 1) ativos financeiros: (i) mensurados pelo valor justo no resultado, (ii) empréstimos e recebíveis e (iii) disponíveis para venda; 2) passivos financeiros: (i) mensurados a valor justo no resultado e (ii) outros passivos financeiros.

(i) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de disponíveis para venda e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

d) Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo das matérias-primas processadas, mão de obra direta e outros custos de produção.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescência de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

f) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

As controladas têm os seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação de seu país e/ou seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, lucro presumido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do período é apresentada nos balanços patrimoniais líquidos dos adiantamentos de imposto pagos durante o período.

g) Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas e empresas com controle compartilhado, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas e controladas em conjunto, são eliminados para fins de equivalência patrimonial, no balanço individual, e para fins de consolidação.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

A variação cambial sobre o investimento em entidades controladas no exterior reconhecida no “Resultado Abrangente” é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizado mediante a realização do investimento a que se refere.

Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a participação de sócios investidores nas Sociedades em Conta de Participação (notas explicativas 3 e 11) é apresentada no balanço patrimonial no passivo, sob a rubrica de “Outras contas a pagar – investidores SCPs”, por tratar-se de passivos financeiros e não instrumentos patrimoniais, conforme CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

A Administração da Companhia qualifica as Sociedades em Conta de Participação, como entidades de vida própria com característica de subsidiárias, as quais são registradas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pela avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial do IFRS, foram avaliados a valor justo (*deemed cost*) os custos da classe de imobilizado de terras, com base na adoção do custo atribuído aos ativos desta classe.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 12.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do período conforme são efetivamente realizados.

Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

i) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, as quais são destinadas para produção de papéis para embalagem, sacos de papel e caixas e chapas de papelão ondulado, além de venda para terceiros. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 7 – 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”.

O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

k) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas

utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões levantadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

m) Receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e quando possa ser medida de forma confiável, medida com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

n) Benefícios a empregados e plano de previdência privada

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia concede plano de previdência privada e assistência médica a ex-funcionários aposentados até 2001. Esses benefícios adotam práticas de reconhecimento do passivo e do resultado mensurados com base na avaliação atuarial, preparado por perito independente. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas, compromissos atuariais sobre o passivo atuarial são contabilizados no patrimônio líquido em conta denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

o) Plano de outorga de ações

O plano de outorga de ações oferecido pela Companhia é mensurado pelo valor justo na data da outorga e sua despesa é reconhecida no resultado durante o período no qual o direito de outorga é adquirido contra o patrimônio líquido no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem várias estimativas, tais como, mas não se limitando, a realização dos créditos tributários diferidos, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões para riscos fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

q) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Adoção de novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos

Foram aprovados pelo IASB e normatizados pelo CPC e CVM os seguintes novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013 adotados pela Companhia:

- CPC 18/ IAS 28 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada em Empreendimento Controlado em Conjunto
- CPC 26/ IAS 1 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 33/ IAS 19 (R1) – Benefícios a Empregados
- CPC 36/ IFRS 10 (R3) – Demonstrações Consolidadas
- CPC 45/ IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades
- CPC 46/ IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo

Com relação aos itens acima, destaca-se os efeitos de sua adoção para os seguintes itens:

a) CPC 33/ IAS 19 (R1) – Benefícios a Empregados

Embora a prática contábil utilizada pela Companhia fosse de contabilizar os ganhos e perdas atuarias pelo chamado “método do corredor”, os valores totais envolvidos não são relevantes. Com a revisão do pronunciamento os ganhos e perdas atuariais são integralmente reconhecidos no patrimônio líquido no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente). Dessa forma, a adoção do pronunciamento não teve impacto relevante sobre as informações contábeis da Companhia.

b) CPC 46/ IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo

O novo pronunciamento basicamente determina novos critérios de divulgação para as mensurações a valor justo de saldos ativos e passivos da Companhia, como o nível hierárquico a que se enquadra o cálculo do valor justo, premissas de cálculo e análise de sensibilidade dos saldos.

2.4 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovados e emitidos até a divulgação das referidas demonstrações financeiras novos pronunciamentos técnicos, alterações e interpretações pelo IASB, das quais ainda não estão em para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

Segue abaixo a relação dos novos pronunciamentos, revisões e interpretações emitidas:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Conteúdo</u>
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Alterações nas opções quanto a mensuração de valor justo adotadas para passivos financeiros.
IFRIC 21 - Taxas	Interpretação estabelecendo os critérios para o reconhecimento da obrigação no pagamento de taxas conforme legislação.
IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Esclarecimentos sobre o conceito de compensação de ativos e passivos financeiros.

3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir, exceto as controladas que possuem controle compartilhado (*joint venture*) com outras entidades, as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos são igualmente eliminados. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as da Klabin S.A. e as de suas controladas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, como seguem:

	País Sede	Atividade	Participação	Participação - %	
				31/12/2013	31/12/2012
<u>Empresas controladas:</u>					
Klabin Argentina S.A.	Argentina	Sacos industriais	Direta/indireta	100	100
Klabin Ltd.	Cayman Islands	Participação em outras companhias	Direta	100	100
. Klabin Trade	Inglaterra	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Indireta	100	100
Klabin Forest Products Company	Estados Unidos	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Direta	100	100
IKAPÊ Empreendimentos Ltda.	Brasil	Hotelaria	Direta	100	100
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	Brasil	Fabricação de produtos fitoterápicos	Direta	100	100
Klabin Florestal Ltda.	Brasil	Plantio de florestas	Direta	100	100
Centaurus Holdings S.A. (i)	Brasil	Participação em sociedades	Direta	-	100
<u>Sociedades em Conta de Participação:</u>					
Correia Pinto	Brasil	Reflorestamento	Direta	91	91
Leal (ii)	Brasil	Reflorestamento	Direta	-	-
CG Forest (iii)	Brasil	Reflorestamento	Direta	67	68
Monte Alegre (iii)	Brasil	Reflorestamento	Direta	65	-
<u>Empresas com controle compartilhado (não consolidadas):</u>					
Florestal Vale do Corisco S.A. (i)	Brasil	Reflorestamento	Direta	51	51

(i) Controladas incorporadas, conforme informações na nota explicativa 1.

(ii) As operações da controlada foram encerradas, conforme informações na nota explicativa 1.

(iii) Nova controlada constituída, conforme informações na nota explicativa 1.

Investimento em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*)

O investimento na Florestal Vale do Corisco S.A., considerando suas características, esta classificado como entidade controlada em conjunto (*joint venture*), não é consolidado pelo método de

consolidação proporcional. Desde a data em que o controle conjunto foi adquirido, a referida participação está registrada pelo método da equivalência patrimonial.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia seguindo suas políticas de aplicações de recursos tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, mantidos em instituições financeiras nas quais a Administração entende que sejam de primeira linha tanto no Brasil como no exterior, de acordo com o *rating* divulgado pelas agências de classificação de risco e sem risco significativo de modificação de valor. A Administração tem considerado esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata junto às instituições financeiras, com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	27.453	14.366	130.895	41.940
Aplicações moeda nacional	2.374.369	2.142.782	2.521.195	2.238.192
Aplicações moeda estrangeira	-	-	77.782	237.180
	2.401.822	2.157.148	2.729.872	2.517.312

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e outras operações compromissadas, são indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com taxa média anual de remuneração de 9,92% (7,01% em 31 de dezembro de 2012), e as aplicações em moeda estrangeira, correspondentes a operações de *Time Deposit* firmados em dólar, possuem taxa média de remuneração anual de 0,21% (0,21% em 31 de dezembro de 2012), com liquidez diária garantida pelas instituições financeiras.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São representados por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) cuja remuneração é indexada à variação da SELIC. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo desses títulos é de R\$ 249.511 (R\$ 240.077 em 31 de dezembro de 2012), os quais a Administração classificou como ativos financeiros disponíveis para venda. Seus vencimentos originais são até o final de 2015, entretanto esses títulos possuem um mercado ativo de negociação, considerando suas características, cujo valor justo é basicamente o valor do principal acrescido dos juros originalmente estabelecidos nesses títulos.

Os títulos e valores mobiliários de enquadram no Nível 1 da hierarquia de mensuração pelo valor justo, de acordo com a hierarquia do CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) – Mensurações do Valor Justo, por tratar-se de ativos com preços cotados em mercado.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Clientes				
. Nacionais	847.056	785.853	847.103	785.927
. Estrangeiros	133.983	15.151	345.349	241.722
Total de clientes	981.039	801.004	1.192.452	1.027.649
PCLD	(47.153)	(45.187)	(47.298)	(45.663)
	933.886	755.817	1.145.154	981.986
Vencidos	101.246	64.569	116.419	71.804
% s/ Total da Carteira	10,32%	8,06%	9,76%	6,99%
01 a 10 dias	8.213	6.991	8.213	6.991
11 a 30 dias	23.982	5.969	34.610	8.505
31 a 60 dias	13.613	3.385	17.509	4.400
61 a 90 dias	3.364	2.420	3.364	4.166
+ de 90 dias	52.074	45.804	52.723	47.742
A Vencer	879.793	736.435	1.076.033	955.845
Total da Carteira	981.039	801.004	1.192.452	1.027.649

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 90 dias para as vendas realizadas no mercado interno e aproximadamente 120 dias para vendas realizadas no mercado externo, havendo cobrança de juros após o vencimento do prazo definido na negociação. Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Companhia possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. A movimentação da provisão está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(33.665)	(33.791)
Provisões do exercício	(19.127)	(19.481)
Reversões de créditos	7.605	7.609
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(45.187)	(45.663)
Provisões do exercício	(7.442)	(7.566)
Reversões de créditos	5.476	5.931
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(47.153)	(47.298)

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a duplicatas vencidas há mais de 90 dias. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Despesas / receitas operacionais – com vendas”.

a) Saldos e transações com partes relacionadas

		Controladora				
		31/12/2013	31/12/2012			
<u>Tipo de relação</u>						
	Klablin Trade	Klablin Argentina	Soc. Conta de Participação	Monteiro Aranha S.A.	Klablin Irmãos & Cia.	
	(i)	(i)	(ii) e (v)	(iii)	(iii), (iv) e (viii)	
	Controlada	Controlada	Controlada	Acionista	Acionista	
					BNDES (vi)	Outras (vii) e (viii)
						Total
						Total
Saldos						
	Ativo circulante	365.844	4.413	3.380	5.297	378.934
	Ativo não circulante					410.573
	Passivo circulante	48.017		2.583	507	1.526
	Passivo não circulante	3.514				1.526
						508
						422.123
						1.322.029
						378.934
						410.573
						1.687
						369.177
						1.325.543
						1.225.793
Transações						
	Receita de vendas	804.591	1.080	13.822		819.493
	Compras			(33.554)		(33.554)
	Despesa de juros s/ financiamento	(460)				(109.581)
	Despesa Comissão de aval				(14.420)	(14.420)
	Despesa de royalties			(5.716)	(27.894)	(33.610)
						(4.485)
						(38.095)
						(34.180)
	(i)	Saldo a receber de operações de vendas de produtos realizadas a preços e prazos nas condições estabelecidas entre as partes;				
	(ii)	Compra de madeira realizada a preços e prazos nas condições usuais de mercado;				
	(iii)	Licenciamento de uso de marca;				
	(iv)	Despesa antecipada sobre comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 1% ao semestre;				
	(v)	Fornecimento de mudas, sementes e serviços a preços e prazos nas condições usuais de mercado;				
	(vi)	Captação de financiamento nas condições usuais de mercado;				
	(vii)	Adiantamento para futura subscrição de capital;				
	(viii)	Outras				

	Consolidado				
	Monteiro	Klabir			
	Aranha	Irmãos			
	S.A.	& Cia.	BNDES	Outras	Total
	(i)	(i), (ii) e (iv)	(iii)	(iv)	Total
Tipo de relação	Acionista	Acionista	Acionista		
Saldos					
Ativo circulante		5.297			5.297
Ativo não circulante					-
Passivo circulante	507	2.474	422.123	404	425.508
Passivo não circulante			1.322.029		1.322.029
Transações					
Despesa de juros s/ financiamento			(109.121)		(109.121)
Comissão de aval - despesa		(14.420)			(14.420)
Despesa de royalties	(5.716)	(27.894)		(4.485)	(38.095)

(i) Licenciamento de uso de marca;

(ii) Despesa antecipada sobre comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 1% ao semestre;

(iii) Captação de financiamento nas condições usuais de mercado;

(iv) Outras

b) Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 2 de abril de 2013 o montante global da remuneração anual da Administração e do conselho fiscal, fixada em até R\$ 34.200 para o exercício de 2013. A remuneração aprovada para o exercício de 2012 correspondia a R\$ 30.000.

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do conselho fiscal:

	Controladora e consolidado					
	Curto prazo		Longo prazo		Total dos benefícios	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Administração e conselho fiscal	27.914	29.251	769	814	28.683	30.065

A remuneração da Administração contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remunerações variáveis dos diretores. Os benefícios de longo prazo referem-se às contribuições feitas pela Companhia no plano de previdência. Referidos montantes estão registrados substancialmente na rubrica "Despesas / receitas operacionais - administrativas".

Adicionalmente, a Companhia concede aos diretores estatutários e outros executivos um Plano de Outorga de Ações, descrito na nota explicativa 21.

8 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Produtos acabados	98.313	101.771	122.749	123.358
Matérias-primas	133.465	105.774	142.474	115.924
Madeiras e toras	106.072	99.999	106.072	99.999
Combustíveis e lubrificantes	4.110	6.133	4.110	6.133
Material de manutenção	124.159	120.878	126.365	122.355
Provisão para perdas	(21.780)	(11.625)	(21.780)	(11.625)
Outros	13.297	15.161	15.862	17.514
	457.636	438.091	495.852	473.658

Os estoques de matérias primas incluem bobinas de papel transferidas das unidades produtivas de papel para as unidades de conversão.

A despesa com a constituição da provisão para perdas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Custo dos produtos vendidos”. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o efeito líquido da provisão para perda com estoques foi um complemento na provisão de R\$ 10.155 e de R\$ 8.498, respectivamente.

A Companhia não tem estoques dados em garantia.

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Ativo Circulante	Ativo não Circulante
ICMS	58.184	44.367	8.422	48.887
IPI	357	-	18.971	-
PIS	2.102	8.868	2.460	8.680
COFINS	9.672	52.001	11.322	50.739
IR/CS	9.811	-	80.740	-
Outros	33.561	18.448	8.526	20.096
Controladora	113.687	123.684	130.441	128.402
Controladas	6.363	-	4.869	-
Consolidado	120.050	123.684	135.310	128.402

A Companhia registrou créditos de impostos e contribuições incidentes nas aquisições de ativo imobilizado conforme legislação vigente, os quais vêm sendo utilizados para compensação futura com impostos a pagar da mesma natureza ou outros impostos.

A Companhia, com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração não prevê riscos de não realização desses créditos tributários.

O PIS/COFINS e o ICMS mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados com esses mesmos tributos a recolher nos próximos 12 meses, conforme estimativa da Administração.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza e expectativa de realização dos impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos dos impostos diferidos ativos e passivos são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisões fiscais, prev, trabalhistas e cív eis	28.526	24.394	28.526	24.394
Baixa de ativo diferido (adoção do RTT)	12.096	14.957	12.096	14.957
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	100	114
Variação cambial diferida (*)	354.658	203.894	354.658	203.894
Passivo atuarial	19.492	12.964	19.492	12.964
Outras diferenças temporárias	47.827	41.403	47.826	41.403
Ativo não circulante	462.599	297.612	462.698	297.726
Valor justo dos ativos biológicos	670.564	710.421	773.030	817.892
Revisão vida útil imobilizado (adoção RTT)	229.008	178.248	229.008	178.248
Custo atribuído ao ativo imobilizado (terras)	493.122	471.515	565.742	565.742
Ajuste a valor presente de saldos	47.897	46.366	47.897	46.366
Reserva de reavaliação de ativos	25.382	25.749	25.382	25.749
Outras diferenças temporárias	41.827	55.986	41.826	55.986
Passivo não circulante	1.507.800	1.488.285	1.682.885	1.689.983
Saldo líquido no balanço (passivo)	1.045.201	1.190.673	1.220.187	1.392.257

(*) A Administração optou pelo critério de reconhecimento fiscal das variações cambiais de seus direitos e obrigações com base no regime de caixa, gerando diferenças temporárias de variação cambial, as quais serão tributadas em função da liquidação dos débitos e obrigações denominados em moeda estrangeira.

A Companhia adota desde 2008 o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09 para tratamento fiscal de imposto de renda e contribuição social dos efeitos dos pronunciamentos contábeis (CPCs).

A Administração, com base em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2013	
	Controladora	Consolidado
2014	71.529	71.529
2015	72.800	72.800
2016	79.253	79.253
2017	66.858	66.858
2018 em diante	172.159	172.258
	462.599	462.698

A projeção acima, de realização do saldo, pode não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

As informações da Companhia acerca dos tributos em discussão judicial estão demonstradas na nota explicativa 16.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesa de imposto corrente	(249.004)	(77.472)	(259.363)	(133.945)
Ajuste do exercício anterior	17.921	-	17.921	-
Corrente	(231.083)	(77.472)	(241.442)	(133.945)
Constituição e reversão de diferenças temporárias	159.048	28.863	157.164	41.168
Reavaliação vida útil imobilizado	(50.707)	(56.131)	(50.707)	(56.131)
Variação de valor justo e exaustão de ativos biológicos	44.188	(68.388)	44.864	(195.583)
Diferido	152.529	(95.656)	151.321	(210.546)

c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	368.651	925.093	380.218	1.096.456
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(125.341)	(314.532)	(129.274)	(372.795)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Diferença de tributação - empresas controladas	-	-	6.599	7.998
Resultado de equivalência patrimonial	30.750	131.046	7.560	8.781
Outros efeitos	16.037	10.358	24.994	11.525
	(78.554)	(173.128)	(90.121)	(344.491)
Imposto de renda e contribuição social				
. Corrente	(231.083)	(77.472)	(241.442)	(133.945)
. Diferido	152.529	(95.656)	151.321	(210.546)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	(78.554)	(173.128)	(90.121)	(344.491)

d) Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), dentre outras providências, vigentes a partir de 2015 podendo ser adotada de forma antecipada em 2014.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não teria impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, principalmente com relação a dividendos distribuídos até o final do exercício de 2013, uma vez que o principal efeito do RTT, relacionado com os ajustes de valor justo de ativos biológicos, também é ajustado para efeito de distribuição de dividendos e, dessa forma, não traz impacto. Adicionalmente, a Companhia não fez distribuição de juros sobre capital próprio nos últimos exercícios. Nossas conclusões consideram nossa melhor interpretação do texto corrente da MP.

Considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento, é possível que em sua conversão em Lei, se ocorrer, o texto seja alterado e nossas conclusões possam ter que ser revistas à luz do texto definitivo.

11 PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Klabin Ltd. (i)	Klabin Argentina S.A. (ii)	Klabin Holdings S.A. (iii)	Florestal Vale do Corisco S.A. (iii)	Soc. Conta de Participação Correia Pinto	Soc. Conta de Participação CG Forest (vi)	Soc. Conta de Participação Mt Alegre (vii)	Soc. Conta de Participação Leal	Outras	Total
Em 31 de dezembro de 2011	39.740	38.259	666.487	-	400.317	-	-	1.182.035	9.510	2.276.348
Aquisição e integralização de capital			3.855			52.587		(47.074)		56.442
Dividendos recebidos			(2.644)		(24.808)					(71.882)
Perda de variação no percentual de participação			(450.304)	450.304						(2.644)
Cisão / incorporação de controlada (iv)								(1.374.366)		-
Incorporação por dissolução de SCP (v)	37.172	7.082	48.292	347	54.001	149		239.405	(1.019)	385.429
Equivalência patrimonial (ii)										(2.072)
Variação cambial de investimento no exterior										
Em 31 de dezembro de 2012	76.912	43.269	205.686	450.651	449.510	52.736	-	-	8.491	1.267.255
Aquisição e integralização de capital	995		3.989		(20.026)		92.578		7.313	104.875
Dividendos recebidos	(60.519)			(17.850)						(98.395)
Equivalência patrimonial (ii)	29.091	10.445	13.317	22.238	18.568	(1.899)	1.590		(2.910)	90.440
Incorporação por dissolução de controladas (viii)			(222.992)						(218)	(223.210)
Variação cambial de investimento no exterior										(6.871)
Em 31 de dezembro de 2013	46.479	46.843	-	455.039	428.052	50.837	94.168	-	12.676	1.134.094

Resumo das informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2013:

Ativo total	46.479	56.890	-	1.168.849	617.480	87.121	174.620
Passivo total	-	9.570	-	276.616	138.660	13.156	30.453
Patrimônio líquido	46.479	47.320	-	892.233	478.820	73.965	144.167
Resultado do exercício	26.773	10.445	13.317	37.815	26.921	(1.899)	1.590

(i) Controladora da Klabin Trade.

(ii) Inclui efeitos de variação e realiação do valor justo de ativos biológicos (nota explicativa 13).

(iii) Conforme notas explicativas 1 e 3 a Centaurus Holdings S.A. era controlada em conjunto e controladora da Florestal Vale do Corisco até maio/12, tomando-se subsidiária integral da Companhia em junho/12.

(iv) Correspondente a reestruturação societária de controladas, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(v) Correspondente a dissolução da Sociedade em Conta de Participação Leal, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(vi) Correspondente a criação de nova controlada denominada Sociedade em Conta de Participação CG Forest, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(vii) Correspondente a criação de nova controlada denominada Sociedade em Conta de Participação Monte Alegre, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(viii) Correspondente a incorporação das controladas Centaurus Holdings S.A. e Klabin Celulose S.A., mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

12 IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	31/12/2013		31/12/2012
Controladora	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos	1.785.738	-	1.785.738
Edifícios e construções	642.245	(196.557)	445.688
Máquinas, equipamentos e instalações	4.311.890	(1.799.209)	2.512.681
Obras e instalações em andamento	427.769	-	427.769
Outros (i)	683.612	(184.498)	499.114
	7.851.254	(2.180.264)	5.670.990
Consolidado			
Terrenos	2.014.311	-	2.014.311
Edifícios e construções	649.331	(199.229)	450.102
Máquinas, equipamentos e instalações	4.330.272	(1.812.814)	2.517.458
Obras e instalações em andamento	427.934	-	427.934
Outros (i)	686.034	(186.332)	499.702
	8.107.882	(2.198.375)	5.909.507

(i) Saldo correspondente a classes de imobilizado como benfeitorias, veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática. Inclui-se também ao saldo os montantes de adiantamento a fornecedores para aquisição ou construção de ativos imobilizados.

As informações dos ativos imobilizados dados em garantia de operações firmadas pela Companhia constam na nota explicativa 14, assim como a informação acerca da cobertura de seguros dos bens patrimoniais constam na nota explicativa 26.

b) Movimentação sumária do imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Saldo 31 de dezembro de 2011	966.697	405.818	2.197.031	242.916	191.416	4.003.878
Adições	-	-	-	385.352	167.595	552.947
Baixas	-	(65)	(3.975)	-	(110)	(4.150)
Depreciação	-	(21.045)	(176.531)	-	(18.418)	(215.994)
Incorporação por dissolução de SCP (i)	671.676	-	-	-	-	671.676
Transferências Internas	786	36.213	291.212	(353.331)	25.120	-
Outros	-	(167)	(334)	(4.255)	106	(4.650)
Saldo 31 de dezembro de 2012	1.639.159	420.754	2.307.403	270.682	365.709	5.003.707
Adições	-	-	-	480.745	209.582	690.327
Baixas	(14)	(75)	(3.122)	-	(6.644)	(9.855)
Depreciação	-	(22.539)	(196.286)	-	(23.805)	(242.630)
Transferências Internas	-	47.548	405.169	(404.276)	(48.441)	-
Incorporação de controladas (iii)	146.593	-	-	84.402	2.027	233.022
Outros	-	-	(483)	(3.784)	686	(3.581)
Saldo 31 de dezembro de 2013	1.785.738	445.688	2.512.681	427.769	499.114	5.670.990

	Consolidado					
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Saldo 31 de dezembro de 2011	1.867.086	411.463	2.203.676	242.917	191.941	4.917.083
Adições	3.856	1	357	386.111	165.121	555.446
Baixas	-	(65)	(3.996)	(1)	(116)	(4.178)
Depreciação	-	(21.240)	(177.604)	-	(18.601)	(217.445)
Transferências Internas	(9)	36.213	291.655	(353.808)	25.949	-
Consolidação de controlada (ii)	131.860	-	-	-	-	131.860
Outros	-	(396)	(634)	(4.292)	1.982	(3.340)
Saldo 31 de dezembro de 2012	2.002.793	425.976	2.313.454	270.927	366.276	5.379.426
Adições	3.967	-	352	565.177	211.865	781.361
Baixas	(14)	(75)	(3.177)	-	(6.648)	(9.914)
Depreciação	-	(22.724)	(197.326)	-	(23.969)	(244.019)
Transferências Internas	-	47.547	405.252	(404.358)	(48.441)	-
Outros	7.565	(622)	(1.097)	(3.812)	619	2.653
Saldo 31 de dezembro de 2013	2.014.311	450.102	2.517.458	427.934	499.702	5.909.507

(i) Correspondente a dissolução da SCP Leal em no mês de dezembro, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(ii) Correspondente a consolidação apartir de junho/12 da controlada Centaurus Holdings S.A, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(iii) Correspondente a incorporação das controladas Centaurus Holdings S.A. e Klabin Celulose S.A., mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

A depreciação foi substancialmente apropriada ao custo de produção do exercício.

c) Vida útil e método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	Taxa - %
Edifícios e construções	2,86 a 3,33
Máquinas, equipamentos e instalações	2,86 a 10 (*)
Outros	4 a 20

(*) Taxa predominante de 6%.

Ao final do exercício de 2013, a Administração efetuou uma nova revisão da vida útil dos ativos imobilizados da Companhia, e concluiu pela manutenção das mesmas taxas de depreciação aplicadas em 2012.

d) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) reforma de forno de cal e caldeira de força na unidade de Monte Alegre (PR), (ii) terraplanagem da área para o projeto de celulose, (iii) ampliação do sistema de evaporação na unidade de Otacílio Costa (SC), (iv) caldeira de biomassa na unidade de Correia Pinto (SC), (v) projeto de expansão de Correia Pinto (SC) com a instalação de nova máquina de papel, (vi) nova máquina de papel reciclado na unidade de Goiana (PE) e (vii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

13 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros. Em 31 de dezembro de 2013, considerando sua participação na área florestal da sua controlada em conjunto Florestal Vale do Corisco, a Companhia possui 242 mil hectares (242 mil hectares em 31 de dezembro de 2012) de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custo de formação dos ativos biológicos	863.304	870.671	1.064.325	1.051.887
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	1.956.294	2.073.516	2.257.660	2.389.608
	2.819.598	2.944.187	3.321.985	3.441.495

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Não existem ativos biológicos dados em garantia de operações firmadas pela Companhia e as informações acerca do seguro dos ativos biológicos e riscos financeiros das operações florestais se encontram descritas na nota explicativa 26.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (equivalente ao IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio e florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo;

(ii) As florestas após o terceiro e quinto ano de plantio, de eucalipto e pinus respectivamente, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;

(iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado periodicamente;

(v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado

como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável entre 6 e 7 anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus;

(vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;

(ix) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações trimestrais.

b) Reconciliação e movimentação das variações de valor justo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.361.751	2.715.769
Plantio	67.221	114.332
Exaustão:		
. Custo histórico	(20.028)	(45.289)
. Ajuste ao valor justo	(152.515)	(318.876)
Variação de valor justo por:		
. Preço	105.313	290.705
. Crescimento	248.481	595.283
Consolidação de controlada (i)	-	86.921
Incorporação por dissolução de SCP (ii)	1.398.065	-
Aporte de capital em nova SCP (iii)	(64.029)	-
Transferências	(72)	2.650
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.944.187	3.441.495
Plantio	59.520	81.095
Exaustão:		
. Custo histórico	(57.347)	(61.068)
. Ajuste ao valor justo	(439.438)	(468.244)
Variação de valor justo por:		
. Preço	111.330	103.186
. Crescimento	198.144	233.103
Aporte de capital em nova SCP (iii)	(121.463)	-
Incorporação por dissolução de controladas (iv)	124.665	-
Transferências	-	(7.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.819.598	3.321.985

(i) Correspondente a consolidação apartir de junho/12 da controlada Centaurus Holdings S.A., mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(ii) Correspondente a dissolução da Sociedade em Conta de Participação Leal, mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

(iii) Correspondente a criação de novas controladas denominadas Sociedade em Conta de Participação CG Forest e Sociedade em Conta de Participação Monte Alegre, mencionadas nas notas explicativas 1 e 3.

(iv) Correspondente a incorporação das controladas Centaurus Holdings S.A. e Klabin Celulose S.A., mencionada nas notas explicativas 1 e 3.

Em 2013 destaca-se na variação do valor justo o aumento nos preços praticados na avaliação e a revisão da taxa de desconto no primeiro trimestre do ano conforme política interna, aumentando a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado, reduzindo o valor justo dos ativos, refletido na variação do crescimento do período.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos apresentados foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

c) Análise de sensibilidade

De acordo com a hierarquia do CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) – Mensurações do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

Dentre as premissas utilizadas no cálculo destaca-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços praticados referem-se aos preços praticados nas regiões onde a Companhia está alocada, já a taxa de desconto corresponde ao custo médio de capital, levando em conta a taxa básica de juros (Selic) e níveis de inflação.

Aumentos (reduções) significativos nos preços utilizados na avaliação resultariam em acréscimo (decrécimo) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. O preço médio utilizado na avaliação do ativo biológico do trimestre findo em 31 de dezembro de 2013 foi equivalente a R\$66,60/m³ (R\$62,62/ m³ em 31 de dezembro de 2012).

Sobre a taxa de desconto os efeitos significativos de elevação (redução) da taxa utilizado na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, acarretaria em queda (elevação) dos valores mensurados. A Companhia atualiza seu custo médio de capital ponderado anualmente, sendo utilizada a nova taxa à partir da primeira avaliação trimestral de cada exercício, permanecendo a mesma utilizada no cálculo do primeiro trimestre para os demais. A taxa de desconto utilizada na avaliação do ativo biológico do trimestre findo em 31 de dezembro de 2013 foi de 5,7% em moeda constante (5,5% em 31 de dezembro de 2012).

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Juros anuais %		31/12/2013		
		Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional				
. BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 4,5 e cesta(i) + 1,5	258.936	328.407	587.343
. BNDES - Outros	TJLP + 4,5 e cesta(i) + 1,5	145.554	860.014	1.005.568
. Notas de crédito à exportação (em R\$)	CDI + 0,6	10.581	473.333	483.914
. Outros	1,0 a 6,8	42.534	92.842	135.376
		457.605	1.754.596	2.212.201
Em moeda estrangeira (ii)				
. BNDES - Outros	USD + 5,7 a 6,3 %	17.633	133.608	151.241
. Pré pagamentos exportação	USD + Libor 6M + 1,1 a 6,4	541.694	2.838.491	3.380.185
. Notas de crédito à exportação	USD + 3,9 a 8,1	108.044	1.111.926	1.219.970
		667.371	4.084.025	4.751.396
Total Consolidado		1.124.976	5.838.621	6.963.597
Nas Controladas:				
. Pré pagamentos exportação c/ controladas (ii)	USD + 3,1	1.177	3.514	4.691
Total Controladora		1.126.153	5.842.135	6.968.288

Juros anuais %		31/12/2012		
		Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional				
. BNDES - Projeto MA1100	TJLP + 4,8 e cesta(i) + 2,0	260.884	639.174	900.058
. BNDES - Outros	TJLP + 4,8 e cesta(i) + 2,0	87.254	507.390	594.644
. Notas de crédito à exportação (em R\$)	CDI + 0,6	16.957	50.000	66.957
. Outros	1,0 a 6,8	22.024	82.098	104.122
		387.119	1.278.662	1.665.781
Em moeda estrangeira (ii)				
. BNDES - Outros	USD + 5,8	11.374	79.229	90.603
. Pré pagamentos exportação	USD + Libor 6M + 1,0 a 6,4	623.333	2.510.326	3.133.659
. Notas de crédito à exportação	USD + 3,9 a 8,1	98.944	1.046.117	1.145.061
		733.651	3.635.672	4.369.323
Total Controladora e Consolidado		1.120.770	4.914.334	6.035.104
(i) Cesta composta substancialmente por dólares norte-americanos				
(iii) Em dólares norte-americanos				

(i) Cesta composta substancialmente por dólares norte-americanos

(ii) Em dólares norte-americanos

BNDES

A Companhia tem contratos com o BNDES que tiveram por finalidade o financiamento de projetos de desenvolvimento industrial, como financiamento para a construção da nova máquina de papel em Correia Pinto (SC), construção da nova máquina de reciclados em Goiana (PE) e projeto de expansão do segmento de papéis, denominado MA 1100, este último com liquidação prevista até janeiro de 2017. A amortização do financiamento está sendo realizada mensalmente com os respectivos juros.

Pré-pagamentos exportação e notas de crédito à exportação

As operações de pré pagamentos e notas de crédito à exportação foram captadas em bancos de grande porte, com a finalidade de administração do capital de giro e desenvolvimento das operações da Companhia. A liquidação dos contratos está prevista para até maio de 2022.

b) Cronograma dos vencimentos não circulantes

O vencimento dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2013, classificados no passivo não circulante, é demonstrado da seguinte forma:

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Valor	1.102.235	751.937	1.010.686	960.833	898.182	639.949	301.666	173.133	5.838.621

c) Movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.297.336	5.297.336
Captações	1.371.165	1.371.165
Provisão de Juros	310.775	310.775
Variação cambial e monetária	421.370	421.370
Amortizações e pagamento de juros	(1.365.542)	(1.365.542)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6.035.104	6.035.104
Captações	1.411.497	1.407.193
Provisão de Juros	315.406	315.333
Variação cambial e monetária	619.272	618.884
Amortizações e pagamento de juros	(1.412.991)	(1.412.917)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.968.288	6.963.597

d) Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações das fábricas de Correia Pinto – SC e Monte Alegre – PR, com valor contábil líquido de depreciação equivalente a R\$ 2.274.860 em 31 de dezembro de 2013, objeto dos respectivos financiamentos, além de depósitos em garantia, bem como por avais dos acionistas controladores.

Os empréstimos de crédito de exportação, pré-pagamentos de exportações e capital de giro não possuem garantias reais.

e) Cláusulas restritivas de contratos

A Companhia e suas controladas não têm quaisquer contratos de financiamentos mantidos na data das referidas demonstrações financeiras que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas cujo descumprimento torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Moeda nacional	330.778	303.958	331.386	304.873
Moeda estrangeira	11.348	9.601	13.998	13.204
	342.126	313.559	345.384	318.077

A Companhia opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 45 dias.

16 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

a) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Montante	Depósitos		31/12/2013
		Judiciais	Passivo	Depósitos
Na controladora:	Provisionado	Vinculados	Líquido	Judiciais
<u>Tributárias:</u>				<u>sem vínculo</u>
. PIS/COFINS	-	-	-	24.112
. IR/CS	(12.003)	10.671	(1.332)	-
. OUTRAS	(652)	652	-	34.587
	(12.655)	11.323	(1.332)	58.699
Trabalhistas	(74.879)	18.748	(56.131)	-
Cíveis	(8.370)	767	(7.603)	-
	(95.904)	30.838	(65.066)	58.699
<u>Nas controladas:</u>				
Outras	(1)	-	(1)	1.432
Consolidado	(95.905)	30.838	(65.067)	60.131

31/12/2012				
	Montante	Depósitos Judiciais	Passivo	Depósitos Judiciais
Na controladora:	Provisionado	Vinculados	Líquido	sem vínculo
Tributárias:				
. PIS/COFINS	-	-	-	24.446
. IR/CS	(11.442)	10.202	(1.240)	469
. OUTRAS	(3.291)	3.396	105	29.531
	(14.733)	13.598	(1.135)	54.446
Trabalhistas	(61.479)	16.880	(44.599)	-
Cíveis	(6.977)	767	(6.210)	-
	(83.189)	31.245	(51.944)	54.446
Nas controladas:				
Outras	-	-	-	1.432
Consolidado	(83.189)	31.245	(51.944)	55.878

Em 31 de dezembro de 2013, os riscos provisionados pela Companhia correspondem a processos de natureza tributária principalmente de questionamentos acerca de tributação de imposto de renda e contribuição social sobre correções monetárias da Lei 8.200/91, processos de natureza trabalhista, consistentes, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e versam sobre pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária, além de ações de natureza cível, concentrados, em sua maioria, em ações de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes de acidentes.

b) Movimentação sumária do montante provisionado

	Controladora e consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Exposição Líquida
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.135)	(44.599)	(6.210)	(51.944)
Novos processos/complementos e atualizações monetárias/baixas	(2.274)	1.868	-	(406)
(Provisões)/reversões	2.077	(13.400)	(1.393)	(12.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.332)	(56.131)	(7.603)	(65.066)

c) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis não reconhecidas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas tinham outros processos tributários, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda avaliados como “possíveis” que totalizam aproximadamente: tributários R\$ 534.238, trabalhistas R\$ 101.391 e cíveis R\$ 78.935 (R\$ 508.462, R\$ 74.754 e R\$ 50.299 em 31 de dezembro de 2012, respectivamente). Com base na análise individual dos correspondentes processos judiciais e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, a Administração entende que estes processos tem os prognósticos de perda avaliados como “possíveis” e, dessa forma, não são provisionados.

d) Processos ativos

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia figurava em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores provisionados em suas demonstrações financeiras, sendo os ativos reconhecidos somente após o trânsito em julgado dos processos e que o ganho seja virtualmente certo.

De acordo com a opinião de seus consultores jurídicos alguns processos são avaliados como “prováveis” de ganho de causa. Dentre os referidos processos, destaca-se o requerimento ao crédito presumido de IPI sobre as aquisições de energia elétrica, óleo combustível e gás natural utilizados no processo produtivo.

e) Adesão ao REFIS

Durante o quarto trimestre de 2013, a Companhia efetuou nova adesão ao REFIS reaberto pela Lei 12.865/13 visando substancialmente o encerramento de processo tributário sobre créditos de IPI sobre aparas. O valor do processo em andamento era de R\$ 50.491, com a adesão ao programa de recuperação fiscal optando pelo pagamento da dívida em 180 parcelas, o valor passa a ser de R\$ 37.617, sendo reconhecida a despesa no período e a obrigação a pagar, conforme vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a pagar do REFIS (Lei 11.941/09 e Lei 12.865/13) registrado no balanço individual e consolidado, totaliza R\$ 443.892 (R\$ 429.176 em 31 de dezembro de 2012), os quais são atualizados pela taxa efetiva de juros que considera os valores futuros e a variação da Selic, sendo pagos em parcelas mensais.

f) Compromissos

A Companhia e suas controladas não têm na data das demonstrações financeiras compromissos futuros relevantes firmados que já não estejam divulgados.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Klabin S.A., subscrito e integralizado, dividido em 917.683.296 ações, sem valor nominal, correspondente a R\$ 2.271.500 em 31 de dezembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012, assim distribuído:

Acionistas	31/12/2013		31/12/2012	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
BNDESPAR	-	79.647.040	-	79.647.040
The Bank of New York Departament	-	56.502.205	-	56.246.305
Monteiro Aranha S/A	63.458.605	15.619.078	63.458.605	20.650.016
Klabin Irmãos & Cia	163.797.753	-	163.797.753	-
Niblak Participações S/A	24.699.654	-	24.699.654	-
BlackRock Inc.	-	30.073.798	-	30.103.191
Outros	64.871.551	388.400.112	64.871.551	383.420.181
Ações em tesouraria	-	30.613.500	-	30.789.000
	316.827.563	600.855.733	316.827.563	600.855.733

O capital autorizado da Companhia é de 1.120.000.000 de ações nominativas ordinárias - ON e/ou nominativas preferenciais - PN.

b) Ações em tesouraria

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 9 de dezembro de 2013, foi aprovado o plano de recompra pelo prazo de 365 dias de até 45.154.823 ações preferenciais (correspondentes a 10% das ações dessa classe em circulação no mercado na data em questão) de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

Nos meses de maio e dezembro de 2013 a Companhia efetuou a recompra de 222.800 e 500.000 ações preferenciais de sua própria emissão, com preço médio de R\$13,46 e R\$ 11,64 por ação e valor total de recompra equivalente a R\$2.999 e R\$5.822, respectivamente.

De acordo com o Plano de Outorga de ações, descrito na nota explicativa 21, concedido como remuneração de longo prazo aos executivos da Companhia, em março e junho de 2013 foram alienadas 380.900 ações preferenciais mantidas em tesouraria e concedido em regime de outorga o usufruto de 517.400 ações preferenciais, baixadas de tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantém em tesouraria 30.613.500 ações preferenciais de sua própria emissão. O preço dessa classe de ação (PN), em 31 de dezembro de 2013 em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo foi de R\$ 12,26 por ação.

c) Reservas

Reserva de capital

Constituída com o resultado da alienação de ações mantidas em tesouraria, que não transita pelo resultado. O saldo pode ser utilizado para absorção de prejuízos, recompra de ações, incorporação ao capital ou pagamento de dividendo a ações preferenciais.

Reserva de reavaliação

Com base nas disposições da Deliberação CVM 27/86, o saldo refere-se à reavaliação de ativos imobilizados procedida em 1988, que é realizada mediante a depreciação ou alienação desses ativos reavaliados. O saldo é deduzido do imposto de renda e da contribuição social aplicável.

Reservas de lucros

(i) Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício auferido, que não exceda 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de acionistas.

(ii) Reserva para investimentos e capital de giro

Reserva estatutária, constituída por parcela variável do lucro líquido anual ajustado na forma da lei e entre 5% a 75% do lucro líquido conforme estatuto da Companhia com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo imobilizado e reforço de capital de giro.

(iii) Reserva de ativos biológicos

A Reserva de ativos biológicos, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia será, pela destinação do resultado do exercício pelo que nele estiver contido, líquido dos efeitos tributários: constituída em cada exercício, com receita da avaliação do valor justo dos ativos biológicos; revertida para Lucros ou Prejuízos Acumulados com despesa na avaliação do valor justo dos ativos biológicos e; realizada pela exaustão do valor justo dos ativos biológicos, limitado a existência de saldo em Lucros Acumulados.

Os efeitos dos ativos biológicos que são objeto da referida reserva, referem-se aos ativos biológicos próprios e de controladas e controladas em conjunto, contidos no resultado de equivalência patrimonial.

(iv) Reserva de dividendos propostos

Constituída com base na proposta da Administração de distribuição de dividendos da parcela excedente ao dividendo mínimo obrigatório, a ser realizada mediante aprovação em Assembléia Geral Ordinária quanto a sua distribuição.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Criado pela Lei 11.638/07, o grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial” mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

O saldo mantido pela Companhia corresponde à adoção do custo atribuído do ativo imobilizado (“*deemed cost*”) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergente aos IFRS em 1 de janeiro de 2009; variação cambial de controladas mantidas no exterior com moeda funcional diferente da controladora (nota explicativa 1); saldos referentes ao plano de outorga de ações concedido aos executivos (nota explicativa 21); e atualizações do passivo atuarial (nota explicativa 25).

	Controladora e consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Custo atribuído imobilizado (terras)	1.098.205	1.098.205
Variação cambial controlada exterior	(22.099)	(15.230)
Passivo atuarial	(9.792)	-
Plano de outorga de ações	(877)	(1.596)
	1.065.437	1.081.379

e) Dividendos

Os dividendos representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos, proporcionais a sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Também é previsto no estatuto social, a faculdade da Administração de distribuir dividendos intermediários durante o exercício de forma antecipada, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as contas do exercício.

A base de cálculo do dividendo obrigatório definida no Estatuto Social da Companhia é ajustada pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da Reserva de Ativos Biológicos, outorgando aos acionistas da Companhia o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado.

A distribuição do lucro do exercício de 2013 está disposta da seguinte forma:

		Controladora
(=)	Lucro líquido do exercício	290.097
(-)	Constituição de reserva legal (5 % do lucro líquido)	(14.505)
(+)	Realização da reserva de ativos biológicos - próprios	290.029
(-)	Constituição da reserva de ativos biológicos - próprios	(204.253)
(-)	Constituição da reserva de ativos biológicos - controladas (*)	(3.500)
(-)	Constituição de reserva de incentivos fiscais	(5.583)
(+)	Realização de reserva de reavaliação	711
(=)	Lucro base para distribuição do dividendo obrigatório	352.996
(=)	Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)	88.249
<u>Dividendos Intermediários distribuídos do resultado do exercício de 2013</u>		
	Julho (pagos em 15 de agosto de 2013)	
	. R\$ 148,21 por lote de mil ações ordinárias	46.957
	. R\$ 163,03 por lote de mil ações preferenciais	93.048
	Outubro (pagos em 22 de novembro de 2013)	
	. R\$ 89,98 por lote de mil ações ordinárias	28.508
	. R\$ 98,98 por lote de mil ações preferenciais	56.492
		225.005
<u>Proposta de dividendos complementares do exercício de 2013 p/ aprovação AGO</u>		
	. R\$ 98,33 por lote de mil ações ordinárias	33.934
	. R\$ 98,33 por lote de mil ações preferenciais (**)	56.072
		90.006
(-)	Total dos dividendos sobre o resultado de 2013 distribuídos	315.011
(-)	Constituição de reserva para investimento e capital de giro	37.985
		352.996

(*) Contido no resultado de equivalência patrimonial.

(**) Contempla a eliminação dos dividendo adicional de 10% aos acionistas preferencialistas, conforme eventos societários mencionados na nota explicativa 27, visto que na aprovação da Assembleia a ser realizada já estará vigente o novo Estatuto Social da Companhia,

A Administração da Companhia apresentará na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 20 de março de 2014, juntamente com a aprovação das contas do exercício, proposta para distribuição de dividendos complementares do exercício de 2013 equivalentes a R\$ 90.006, correspondentes a R\$ 98,33 por lote de mil ações ordinárias nominativas – ON e por lote de mil ações preferenciais nominativas – PN, distribuídos com parcela do resultado do exercício. O total dos dividendos propostos do resultado do exercício de 2013 perfaz o montante de R\$ 315.011.

O saldo dos dividendos complementares é mantido em conta específica no patrimônio líquido, denominada “reserva de dividendos propostos” até a sua efetiva aprovação e pagamento.

Conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 02 de Abril de 2013, a Companhia distribuiu dividendos complementares do exercício de 2012 no montante de R\$ 76.069, sendo R\$ 80,52 por lote de mil ações ordinárias nominativas – ON e R\$ 88,57 por lote de mil ações preferenciais nominativas – PN, pagos em 23 de abril de 2013.

Durante o exercício de 2013, foram efetivamente pagos R\$ 301.074, entre R\$ 225.005 em dividendos intermediários do exercício de 2013 e R\$ 76.069 em dividendos complementares do exercício de 2012.

18 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta de vendas de produtos	5.418.244	4.855.376	5.554.345	4.996.659
Descontos e abatimentos	(13.007)	(9.002)	(18.549)	(7.948)
Impostos incidentes sobre vendas	(915.520)	(807.438)	(936.459)	(825.041)
	4.489.717	4.038.936	4.599.337	4.163.670
. Mercado interno	3.429.433	3.183.441	3.424.195	3.168.637
. Mercado externo	1.060.284	855.495	1.175.142	995.033
Receita líquida de vendas	4.489.717	4.038.936	4.599.337	4.163.670

19 DESPESAS / RECEITAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	(1.679.579)	(1.662.210)	(1.646.025)	(1.477.569)
Gastos com pessoal	(707.852)	(691.993)	(715.002)	(698.983)
Depreciação, amortização e exaustão	(742.540)	(391.294)	(766.553)	(592.677)
Frete	(221.584)	(176.688)	(225.920)	(203.752)
Comissões	(9.257)	(2.439)	(33.323)	(26.973)
Contratação de serviços	(246.177)	(228.913)	(248.664)	(231.225)
Receita na alienação de ativos imobilizados	16.203	4.502	16.203	4.502
Custo na alienação e baixa de ativos imobilizados	(18.461)	(5.029)	(18.461)	(5.029)
Outras	(160.096)	(175.686)	(200.864)	(199.561)
	(3.769.343)	(3.329.750)	(3.838.609)	(3.431.267)

20 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras				
. Rendimento sobre aplicações financeiras	185.765	222.867	196.196	231.987
. Outras	16.682	35.729	16.761	35.963
. Variação cambial de ativos	63.014	42.583	63.058	42.573
	265.461	301.179	276.015	310.523
Despesas financeiras				
. Juros financiamentos	(310.382)	(310.775)	(310.314)	(310.775)
. Juros REFIS (nota explicativa 16)	(39.973)	(44.398)	(39.973)	(44.398)
. Remuneração de investidores - SCPs	-	-	(7.330)	(40.456)
. Outras	(64.114)	(40.854)	(65.733)	(42.249)
. Variação cambial de passivos	(602.629)	(428.468)	(591.699)	(420.407)
	(1.017.098)	(824.495)	(1.015.049)	(858.285)
Resultado financeiro	(751.637)	(523.316)	(739.034)	(547.762)

21 PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012, foi aprovado o Programa de Outorga de Ações (“Plano”) como benefício a membros da diretoria e colaboradores estratégicos da Companhia.

A CVM autorizou a Companhia, através do OFICIO/CVM/SEP/GEA-2/Nº 221/2012 a realizar as operações privadas abrangidas pelo plano de incentivo a seus diretores e funcionários, excluído os acionistas controladores, de realizar transferência privada de ações mantidas em tesouraria.

De acordo com o referido Plano, a Companhia estabeleceu que os diretores estatutários e não estatutários poderão utilizar um percentual de 25% a 70% de sua remuneração variável para aquisição de ações preferenciais mantidas em tesouraria, onde a Companhia concederá o usufruto de mesma quantidade de ações ao adquirente por três anos, passando a propriedade nua das ações aos mesmos após 3 anos, desde que cumpridas as cláusulas estabelecidas no Plano.

Para os colaboradores estratégicos da Companhia, o Plano não prevê aquisição de ações por parte dos colaboradores, somente a concessão de um determinado número de ações em regime de outorga por 3 anos, passando a propriedade nua dessas ações ao beneficiário, desde que cumpridas as cláusulas estabelecidas.

O usufruto concede ao beneficiário o direito aos dividendos distribuídos no período em que o benefício estiver válido.

O valor de aquisição das ações em tesouraria pelos beneficiários do Plano será obtido pela média das cotações de valor de mercado dos últimos 60 pregões das ações preferenciais da Companhia, ou de sua cotação na data de aquisição, dos dois o menor. O valor das ações concedidas em usufruto corresponde a cotação das ações em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo no dia da operação.

As cláusulas para que a transferência das ações outorgadas seja consumada estabelecem a permanência do beneficiário na Companhia e não alienação das ações adquiridas na adesão do Plano. As ações outorgadas também podem ser imediatamente cedidas em caso de demissão por iniciativa da Companhia, aposentadoria ou falecimento do beneficiário, neste último caso passando o direito das ações ao espólio.

As ações outorgadas e a despesa proporcional ao prazo de outorga, reconhecida no resultado é acumulada no patrimônio líquido no grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, até o fim da outorga, seja pelo vencimento do prazo de três anos, ou qualquer outra cláusula do Plano que encerre a outorga.

O quadro abaixo apresenta as informações dos planos pactuados:

a) Diretores estatutários e não estatutários

	Plano 2011	Plano 2012	Total
Data início do plano	10/07/2012	01/03/2013	-
Data término da outorga	10/07/2015	01/03/2016	-
Ações em tesouraria adquiridas pelos beneficiários	475.000	380.900	855.900
Valor de compra por ação (R\$)	7,82	12,84	-
Ações em tesouraria concedidas em usufruto	475.000	380.900	855.900
Valor do usufruto por ação (R\$)	8,77	13,36	-
Despesa acumulada do plano	2.083	1.414	3.497
Despesa do plano - 1/1 à 31/12/2013	1.388	1.414	2.802

b) Colaboradores estratégicos

	Plano 2012
Data início do plano (i)	01/03/2013
Data término da outorga	01/03/2016
Ações em tesouraria concedidas em usufruto	136.500
Valor do usufruto por ação (R\$)	13,36
Despesa acumulada do plano	507
Despesa do plano - 1/1 à 31/12/2013	507

(i) O Plano de 2012 foi concedido em junho de 2013 de forma retrospectiva.

22 RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do lucro do período atribuível aos detentores de ações ordinárias - ON e preferenciais – PN da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Conforme mencionado nas notas explicativas 17 e 21, a Companhia em março de 2013 alienou e concedeu o usufruto de 761.800 ações preferenciais em maio e dezembro de 2013 adquiriu 222.800 e 500.000 ações preferenciais, respectivamente e em junho de 2013 concedeu o usufruto de 136.500 ações preferenciais, levando o número de ações mantidas em tesouraria para 30.613.500, ante as 30.789.000 mantidas anteriormente em 31 de dezembro de 2012. Essa operação afeta a média ponderada da quantidade de ações preferenciais em tesouraria no cálculo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação básico e diluído apurada da seguinte forma:

Quantidade ponderada de ações preferenciais em Tesouraria - 31 de dezembro de 2013					
Jan à Fev	Mar à Abr	Mai	Jun à Nov	Dez	12 Meses 2013
30.789.000	30.027.200	30.250.000	30.113.500	30.613.500	
x 2/12	+ x 2/12	+ x 1/12	+ x 6/12	+ x 1/12	=
					30.264.742

A Companhia efetuou nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2012, a recompra de 1.739.000 de ações preferenciais de sua própria emissão e no mês de julho alienou e concedeu o usufruto de 950.000 ações preferenciais, levando o número de ações mantidas em tesouraria para 30.789.000, ante as 30.000.000 mantidas anteriormente em 31 de dezembro de 2011. Essas operações afetam a média ponderada da quantidade de ações preferenciais em tesouraria no cálculo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação apurada da seguinte forma:

Quantidade ponderada de ações preferenciais em Tesouraria - 31 de dezembro de 2012									
Jan		Fev		Mar à Jun		Jul à Nov		Dez	12 Meses 2012
30.000.000 x		30.628.700		31.000.000		30.050.000		30.789.000	
1/12	+	x 1/12	+	x 4/12	+	x 5/12	+	x 1/12	= 30.472.308

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o lucro apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, aos montantes utilizados no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

	Controladora e consolidado		
	1/1 à 31/12/2012		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN) (*)	Total
<u>Denominador</u>			
Média ponderada da quantidade de ações total	316.827.563	600.855.733	917.683.296
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(30.472.308)	(30.472.308)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	570.383.425	887.210.988
% de ações em relação ao total (*)	33,55%	66,45%	100%
<u>Numerador</u>			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	252.309.672	499.655.328	751.965.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	570.383.425	887.210.988
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,7964	0,8760	

	Controladora e consolidado		
	1/1 à 31/12/2013		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN) (*)	Total
<u>Denominador</u>			
Média ponderada da quantidade de ações total	316.827.563	600.855.733	917.683.296
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	-	(30.264.742)	(30.264.742)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	570.590.991	887.418.554
% de ações em relação ao total (*)	33,55%	66,45%	100%
<u>Numerador</u>			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	97.313.817	192.783.183	290.097.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	316.827.563	570.590.991	887.418.554
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,3072	0,3379	

(*) As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

23 SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

(i) Segmento Florestal: envolve as operações de plantio e cultivo florestal de pinus e eucalipto para abastecimento das fábricas de papéis da Companhia e venda de madeiras (toras) para terceiros no mercado interno.

(ii) Segmento de Papéis: envolve substancialmente a produção e as operações de venda de bobinas de papel cartão, papel kraftliner e papel reciclado, nos mercados interno e externo.

(iii) Segmento de Conversão: envolve a produção e as operações de venda de caixas de papelão ondulado, chapas de papelão ondulado e sacos industriais, nos mercados interno e externo.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado				
	1/1 à 31/12/2013				
	Florestal	Papéis	Conversão	Corporativa/ eliminações	Total
Receitas líquidas:					
.Mercado interno	311.526	1.236.363	1.877.475	(1.169)	3.424.195
.Mercado externo	-	1.026.747	148.395	-	1.175.142
Receita de vendas para terceiros	311.526	2.263.110	2.025.870	(1.169)	4.599.337
Receitas entre segmentos	554.882	953.448	12.516	(1.520.846)	-
Vendas líquidas totais	866.408	3.216.558	2.038.386	(1.522.015)	4.599.337
Variação valor justo ativos biológicos	336.289	-	-	-	336.289
Custo dos produtos vendidos	(1.015.765)	(2.063.597)	(1.639.949)	1.512.394	(3.206.917)
Lucro bruto	186.932	1.152.961	398.437	(9.621)	1.728.709
Despesas/ receitas operacionais	(24.585)	(328.261)	(211.810)	(44.801)	(609.457)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	162.347	824.700	186.627	(54.422)	1.119.252
Venda de produtos (em toneladas)					
.Mercado interno	-	574.909	660.066	-	1.234.975
.Mercado externo	-	520.344	32.912	-	553.256
.Entre segmentos	-	709.742	1.900	(711.642)	-
	-	1.804.995	694.878	(711.642)	1.788.231
Venda de madeira (em toneladas)					
.Mercado interno	2.868.568	-	-	-	2.868.568
.Entre segmentos	7.299.983	-	-	(7.299.983)	-
	10.168.551	-	-	(7.299.983)	2.868.568
Investimentos no período	138.711	577.644	80.786	102.270	899.411
Depreciação, exaustão e amort.	(549.209)	(178.240)	(36.199)	(2.905)	(766.553)
Ativo total - 31/12/2013	6.274.960	4.699.130	1.087.233	2.858.173	14.919.496
Passivo total - 31/12/2013	1.564.995	502.737	175.732	7.283.365	9.526.829
Patrimônio líquido - 31/12/2013	4.709.965	4.196.393	911.501	(4.425.192)	5.392.667

					Consolidado
					1/1 à 31/12/2012
	Florestal	Papéis	Conversão	Corporativa/ eliminações	Total
Receitas líquidas:					
.Mercado interno	306.498	1.201.132	1.660.652	355	3.168.637
.Mercado externo	-	866.962	128.071	-	995.033
Receita de vendas para terceiros	306.498	2.068.094	1.788.723	355	4.163.670
Receitas entre segmentos	486.806	881.455	13.278	(1.381.539)	-
Vendas líquidas totais	793.304	2.949.549	1.802.001	(1.381.184)	4.163.670
Variação valor justo ativos biológicos	885.988	-	-	-	885.988
Custo dos produtos vendidos	(817.817)	(1.918.737)	(1.454.305)	1.367.711	(2.823.148)
Lucro bruto	861.475	1.030.812	347.696	(13.473)	2.226.510
Despesas/ receitas operacionais	(29.062)	(307.952)	(211.436)	(33.842)	(582.292)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	832.413	722.860	136.260	(47.315)	1.644.218
<u>Venda de produtos (em toneladas)</u>					
.Mercado interno	-	577.340	605.165	-	1.182.505
.Mercado externo	-	510.514	32.948	-	543.462
.Entre segmentos	-	677.541	2.867	(679.561)	847
	-	1.765.395	640.980	(679.561)	1.726.814
<u>Venda de madeira (em toneladas)</u>					
.Mercado interno	2.880.492	-	-	-	2.880.492
.Entre segmentos	7.107.564	-	-	(7.107.564)	-
	9.988.056	-	-	(7.107.564)	2.880.492
Investimentos no período	162.238	308.729	136.851	46.675	654.493
Depreciação, exaustão e amort.	(391.170)	(167.514)	(28.502)	(5.491)	(592.677)
Ativo total - 31/12/2013	6.423.117	4.199.733	994.476	2.480.577	14.097.903
Passivo total - 31/12/2013	1.573.658	733.992	158.675	6.210.657	8.676.982
Patrimônio líquido - 31/12/2013	4.849.459	3.465.741	835.801	(3.730.080)	5.420.921

O saldo na coluna Corporativa/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações do resultado financeiro e impostos sobre o lucro não foram divulgadas por segmento em razão da não utilização pela Administração dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

c) Informações das receitas líquidas de vendas

A receita líquida da Companhia proveniente dos clientes no mercado externo, no resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, corresponde a R\$ 1.175.142 e R\$ 995.033, respectivamente. A tabela abaixo demonstra a distribuição da receita líquida dos referidos períodos por país estrangeiro:

Consolidado			Consolidado		
1/1 à 31/12/2013			1/1 à 31/12/2012		
País	Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total	País	Receita Total (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total
Argentina	475	10,3 %	Argentina	323	7,8 %
China	167	3,6 %	China	128	3,1 %
Cingapura	153	3,3 %	Cingapura	97	2,3 %
Espanha	61	1,3 %	Itália	44	1,1 %
Alemanha	55	1,2 %	Espanha	41	1,0 %
Itália	41	0,9 %	Equador	37	0,9 %
França	32	0,7 %	Nigéria	36	0,9 %
África do Sul	23	0,5 %	França	33	0,8 %
Venezuela	17	0,4 %	Alemanha	29	0,7 %
Nigéria	17	0,4 %	Bélgica	28	0,7 %
Outros pulverizados	134	2,9 %	Outros pulverizados	199	4,8 %
	1.175	26%		995	24%

A receita líquida da Companhia proveniente dos clientes no mercado brasileiro no resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 3.424.195 e R\$ 3.168.637, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no segmento de papéis, um único cliente de cartões foi responsável por aproximadamente 22% da receita líquida da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 1.013.000 (R\$ 893.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). O restante da base de clientes da Companhia é pulverizada, de forma que nenhum dos demais clientes, individualmente, concentra participação relevante (acima de 10%) da receita líquida de vendas da Companhia.

24 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Os principais riscos da Companhia estão descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por

dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar, instrumentos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

(i) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente dólares norte americanos) que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Conta corrente e aplicações financeiras	174.612	263.300
Contas a receber (líquido de PCLD) e outros ativos	345.347	241.700
Outros ativos e passivos	(9.940)	(1.300)
Pré-pagamentos de exportações (financiamentos)	(4.751.396)	(4.369.323)
Exposição líquida	(4.241.377)	(3.865.623)

O saldo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2013 dessa exposição líquida está dividido da seguinte maneira:

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Valor	(157.351)	(573.105)	(504.342)	(814.845)	(699.089)	(738.336)	(461.553)	(292.756)	(4.241.377)

Na data de 31 de dezembro de 2013, a Companhia não tem derivativos contratados para proteção da exposição cambial de longo prazo. Para fazer frente a tal exposição passiva líquida, a Companhia tem plano de vendas cujo fluxo projetado de receitas de exportação de aproximadamente USD 500 milhões anuais e seus recebimentos, se forem concretizados, superam, ou se aproximam, do fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa dessa exposição cambial no futuro.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia tem empréstimos indexados pela variação da TJLP, LIBOR e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI e Selic, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*”/ “*swap*” contra a exposição desses riscos de mercados.

A prática adotada é de monitoramento contínuo das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Adicionalmente, a Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A composição do risco de taxa de juros é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras - CDI	2.521.195	2.238.192
Aplicações financeiras - Selic	249.511	240.077
Exposição ativa	2.770.706	2.478.269
Financiamentos - CDI	(483.914)	(66.957)
Financiamentos - TJLP	(1.592.911)	(1.494.702)
Financiamentos - Libor	(3.380.185)	(3.133.659)
Exposição passiva	(5.457.010)	(4.695.318)

Risco de aplicação de recursos

A Companhia está sujeita ao risco quanto a aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras e operação de títulos e valores mobiliários, com valores descritos nas notas explicativas 4 e 5.

Em relação a qualidade dos ativos financeiros da Companhia aplicados em instituições financeiras, é utilizada política interna para aprovação do tipo de operação que está sendo acordada e análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco, para avaliar a viabilidade da aplicação de recursos em determinada instituição, deste que esta esteja enquadrada nos critérios de aceitação da política.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários aplicados pela Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional da agência de *rating* Fitch das instituições financeiras:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
<i>Rating</i> nacional AAA(bra) (*)	2.859.196	2.590.109
<i>Rating</i> nacional AA+(bra)	120.187	167.280
	2.979.383	2.757.389

(*) Considerado neste grupo as LFTs por conta do baixo risco atrelado a operação.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

Em 31 de dezembro de 2013, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 6.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2013:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Fornecedores	(345.384)	-	-	-	-	-	-	-	(345.384)
Financiamentos	(1.287.462)	(1.320.925)	(922.650)	(1.197.634)	(1.054.288)	(1.184.509)	(761.458)	(587.476)	(8.316.402)
Total	(1.632.846)	(1.320.925)	(922.650)	(1.197.634)	(1.054.288)	(1.184.509)	(761.458)	(587.476)	(8.661.786)

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pelo Conselho de Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações, caso esta seja concretizada.

Gestão de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 14), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (notas explicativas 4 e 5), e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

O índice de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Caixa, equiv. caixa e títulos e val. mobiliários	2.979.383	2.757.389
Empréstimos e financiamentos	(6.963.597)	(6.035.104)
Endividamento líquido	(3.984.214)	(3.277.715)
Patrimônio líquido	5.392.667	5.420.921
Índice de endividamento líquido	(0,74)	(0,60)

b) Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo - empréstimos e recebíveis		
. Caixa e equivalentes de caixa	2.729.872	2.517.312
. Contas a receber de clientes (líquido de PCLD)	1.145.154	981.986
. Outros ativos	348.000	329.244
	4.223.026	3.828.542
Ativo - disponível para venda		
. Títulos e valores mobiliários	249.511	240.077
	249.511	240.077
Passivo - ao custo amortizado		
. Em empréstimos e financiamentos	6.963.597	6.035.104
. Fornecedores	345.384	318.077
. Demais contas a pagar	712.893	611.066
	8.021.874	6.964.247

Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou os títulos e valores mobiliários que são representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (nota explicativa 5) como ativos financeiros disponíveis para venda, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor aplicado acrescido dos juros reconhecidos no rendimento da operação. Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao custo amortizado, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia. O saldo desses títulos em 31 de dezembro de 2013 no balanço consolidado corresponde a R\$ 249.511 (R\$ 240.077 em 31 de dezembro de 2013).

c) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros que a Companhia está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2013:

(i) Exposição a câmbio

A Companhia tem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2013 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras para o cenário II esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III em 50%.

É importante salientar que os vencimentos dos financiamentos, conforme cronograma de vencimento demonstrado na nota explicativa 14, não ocorrerão substancialmente em 2013, sendo assim, a variação cambial não terá efeito no caixa decorrente desta análise. Em contrapartida, as exportações da Companhia, deverão ter o impacto da variação cambial no caixa já substancialmente durante o ano.

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e fornecedores a pagar em moeda estrangeira) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma, como mencionado anteriormente, fará frente a eventual perda cambial futura.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro de 12 meses:

	Saldo 31/12/2013	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)
Ativos							
Caixa e caixa equivalentes	74.538	2,45	8.005	3,06	53.474	3,68	99.687
Contas a receber, líquido de							
PCLD	147.420	2,45	15.883	3,06	105.759	3,68	197.160
Outros ativos e passivos	(4.243)	2,45	(456)	3,06	(3.044)	3,68	(5.675)
Financiamentos	(2.028.257)	2,45	(217.835)	3,06	(1.455.072)	3,68	(2.712.591)
Efeito líquido no resultado financeiro			(194.403)		(1.298.883)		(2.421.419)

(ii) Exposição a Juros

As aplicações financeiras e os financiamentos são atrelados a taxa de juros pós-fixada do CDI, exceto aqueles atrelados à TJLP e Libor. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas demonstrações financeiras, utilizando para Selic, Libor e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I, para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no resultado futuro de 12 meses:

		Saldo 31/12/2013	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		R\$	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)
Aplicações financeiras								
CDB's	CDI	2.521.195	10,00%	18.909	13,44%	86.666	16,13%	154.423
LFT's	Selic	249.511	10,00%	1.871	13,44%	8.577	16,13%	15.283
Financiamentos								
Notas crédito à exportação (R\$)	CDI	(483.914)	10,00%	(3.629)	13,44%	(16.635)	16,13%	(29.640)
BNDES	TJLP	(1.592.911)	5,00%	-	6,25%	(19.911)	7,50%	(39.823)
Pré-pagamento de exportação	Libor	(3.380.185)	0,34%	365	0,42%	(2.471)	0,50%	(5.307)
Efeito líquido no resultado financeiro				17.516		56.226		94.936

25 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia concede a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica e plano de aposentadoria. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.

a) Previdência privada

O plano de previdência privada da Klabin - Plano Prever, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A., foi instituído em 1986 sob a modalidade de benefício definido. A partir de 1998 houve uma reestruturação que resultou na conversão do plano para a modalidade de contribuição definida.

Em novembro de 2001, foi instituído um novo plano de previdência privada o Plano de Aposentadoria Complementar Klabin - PACK, também administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A. e estruturado no conceito de PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres.

Aos participantes do Plano Prever foi dada a opção de migração para o novo plano. Em ambos os planos não são assumidos pela Companhia nenhuma responsabilidade pela garantia de níveis mínimos de benefícios aos participantes que venham a se aposentar.

b) Assistência médica

A Companhia, por meio de acordo firmado com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegura o custeio de assistência médica (Hospital SEPACO, principal plano) de forma permanente aos seus ex-funcionários que se aposentaram até 2001, bem como para os seus dependentes até completarem a maioridade e cônjuge, de forma vitalícia estando vedada a novas adesões.

A Companhia entende que a referida assistência médica caracteriza um plano de benefício definido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, diante disso mantém registrada a provisão para o passivo atuarial estimado no montante de R\$ 57.328 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 38.130 em 31 de dezembro de 2012) no passivo não circulante na rubrica de “Outras Contas a Pagar e Provisões”.

Na avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e biométricas: taxa de desconto de 12,25% a.a. nominal, taxa de crescimento nominal dos custos médicos variável iniciando em 2014 com 15,9% a.a. atingindo a 9,4% a.a. em 2027, inflação de longo prazo de 5,4% a.a. e tábua biométrica de mortalidade RP 2000. As atualizações atuariais são mantidas no patrimônio líquido no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

O aumento ou decréscimo de um ponto percentual nas taxas utilizadas no cálculo atuarial, não trazem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Este plano não possui ativos para divulgação.

c) Outros benefícios aos empregados

A Companhia concede aos empregados, os seguintes benefícios: assistência médica, auxílio creche, auxílio filho excepcional, convênio farmácia, kit escolar, plano odontológico, previdência privada e seguro de vida, além dos benefícios estabelecidos em lei (refeição, transporte, participação nos lucros e vale alimentação). Adicionalmente possui um programa de desenvolvimento organizacional de seus colaboradores, sendo gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 R\$ 5.993 (R\$ 5.932 em 31 de dezembro de 2012) em treinamentos.

Todos estes benefícios respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

26 COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tem seguros contra incêndio, raio, explosão, danos elétricos, e vendaval para as suas instalações industriais, administrativas e estoque. Tem ainda seguros com coberturas para responsabilidade civil geral, e responsabilidade de D&O, auto e riscos diversos para equipamentos móveis, no montante de R\$ 2.897.797.

Em função da natureza de suas atividades, da distribuição das florestas em diversas áreas distintas e das medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos da floresta a Companhia concluiu tecnicamente pela não contratação de seguros contra danos causados às mesmas, optando pela adoção de políticas de proteção, as quais, historicamente, têm se mostrado altamente eficientes sem que tenha havido qualquer comprometimento às atividades e à condição financeira da Companhia. Dessa forma, a Administração entende que sua estrutura de gerenciamento dos riscos financeiros relacionados as atividades florestais é adequada para a continuidade operacional da Companhia.

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

Fato Relevante de 7 de Janeiro de 2014

Em 7 de janeiro de 2014 a Companhia publicou ao mercado em Fato Relevante a eficácia das deliberações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2013, correspondentes a:

Conclusão da 6ª. Emissão de Debêntures

Foram subscritas e integralizadas a totalidade de 27.200.000 debêntures emitidas em colocação privada, de valor nominal unitário de R\$ 62,50, totalizando R\$ 1.7 bilhão. As debêntures emitidas são obrigatoriamente conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, sem garantias e em moeda nacional.

As debêntures vencerão no dia 8 de janeiro de 2019 e serão remuneradas em 8% a.a., somada a variação monetária de Reais por Dólares Americanos, além participar em qualquer distribuição de resultados aos acionistas da Companhia.

A totalidade das debêntures emitidas será obrigatoriamente e automaticamente convertida em certificados de depósitos de ações (“Units”), composta por 1 (uma) ação ordinária – ON e 4 (quatro) ações preferenciais – PN de emissão da Companhia. A conversão poderá ser realizada a qualquer tempo durante a vigência das debêntures, após o período de *lock-up* de 18 meses da data de sua emissão.

Os recursos obtidos na emissão das debêntures serão destinados à construção da planta de celulose relacionada ao Projeto Puma.

Dada a natureza desses instrumentos, ele será contabilizado como instrumento híbrido, com parte no passivo, equivalente ao valor presente dos juros até a conversão e o remanescente alocado ao patrimônio líquido.

Listagem no Nível 2 da BM&FBOVESPA

A Companhia passa a aderir ao segmento especial de listagem Nível 2 da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com ações da Companhia passando a ser escriturais e negociadas desta forma a partir de 9 de janeiro de 2014.

Emissão de novas ações

Com a reestruturação societária dos acionistas controladores Klabin Irmãos & Cia (“KIC”) e Niblak Participações (“Niblak”), foram emitidas 28.274.611 novas ações ordinárias da Companhia e cedidas aos acionistas controladores.

Após a referida emissão de novas ações, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado corresponde a 945.957.907 ações, sendo 345.102.174 ações nominativas ordinárias – ON e 600.855.733 ações nominativas preferenciais – PN.

Alteração do Estatuto Social

Foram aprovadas revisões e adequações do Estatuto Social por conta dos itens supra mencionados, além da mudança do capital autorizado passando para 1.120.000.000 de ações, eliminação do dividendo adicional de 10% aos acionistas preferencialistas e concessão de direito de voto aos mesmos, conforme aprovados na Assembléia Especial de Preferencialistas realizada em 29 de novembro de 2012.

Certificados de Depósitos de Ações (“Units”)

A Companhia está implementando o programa de emissão de certificados de depósitos de ações (“Units”), sendo este composto por 1 (uma) ação ordinária – ON e 4 (quatro) ações preferenciais – PN. O início das negociações de Units será em 10 de janeiro de 2014, devendo os acionistas que queiram participar do programa solicitar a emissão de Units lastreadas neste múltiplo de ações. O período de conversão foi estabelecido entre 13 de janeiro e 5 de fevereiro de 2014.

Os acionistas que não concordarem com as alterações relativas à substituição da vantagem cedida as ações preferenciais, bem como as alterações no Estatuto Social da Companhia, poderão exercer o direito de retirada em relação as ações ordinárias e preferenciais que eram titulares na abertura do pregão de 1 de novembro de 2013 e cuja titularidade mantiveram-se ininterruptamente até a efetiva execução do direito de retirada.

O valor do reembolso por ação será de R\$ 6,1588 e os acionistas poderão exercer seu direito entre os dias 7 de janeiro e 7 de fevereiro de 2014.

KLABIN S.A.
CNPJ Nº 89.637.490/0001-45
Companhia aberta

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Israel Klabin

Conselheiros

Armando Klabin
Celso Lafer
Daniel Miguel Klabin
Lilia Klabin Levine
Miguel Lafer
Olavo Egydio Monteiro de Carvalho
Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho
Pedro Franco Piva
Roberto Luiz Leme Klabin
Rui Manuel de Medeiros D’Espiney Patrício
Vera Lafer

CONSELHO FISCAL

Alessandro Golombiewski Teixeira
João Alfredo Dias Lins
Luís Eduardo Pereira de Carvalho
Vivian do Valle Souza Leão Mikui
Wolfgang Eberhard Rohrbach

DIRETORIA

Fabio Schvartsman
Antonio Sergio Alfano
Paulo Roberto Petterle
Francisco Cezar Razzolini
Arthur Canhisares
Cristiano Cardoso Teixeira

Diretor Geral
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Diretor de Operações
Diretor de Planejamento, Projetos e Tecnologia
Diretor Industrial de Monte Alegre
Diretor

Pedro Guilherme Zan
Controladoria
CT-CRC-1SP168918/O-9

Angel Alvarez Núñez
Contabilidade
TC-CRC-1SP157878/O-3
